

MATRIARCADO VERSUS PATRIARCADO

Uma colisão epistemológica¹

MATRIARCHY VERSUS PATRIARCHY

An epistemological collision

MATRIARCADO VERSUS PATRIARCADO

Una colisión epistemológica

MATRIARCAT CONTRE PATRIARCAT:

Une collision épistémologique:

Paulo Anós Té

Licenciando em Sociologia pela UNILAB; Mestrando em Ciência Política pela UFPEL

pauloanoste0@gmail.com

 **ORCID** [0000-0001-9033-9048](https://orcid.org/0000-0001-9033-9048)

Recebido em: 13/04/2021

Aceito para publicação: 11/10/2021

Resumo

O presente trabalho pretende analisar, embora de forma preliminar, as relações entre matriarcado e patriarcado no contexto africano. O assunto sempre foi polêmico. Os dois sistemas trata-se de organizações sociais diferentes. No contexto africano, algumas literaturas mostram que o patriarcado precedeu a colonização, mas assumiu novos contornos com a invasão colonial, enquanto outras, embora reconheçam as desigualdades e assimetrias de gênero, apontam o patriarcado como resultado da invasão colonial europeia. Com as teorias evolucionistas, o matriarcado é descrito como a fase inferior da civilização humana, sendo considerado pela visão ocidental etnocêntrica, como um status de barbárie e de selvageria. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho descritivo e analítico, de caráter bibliográfico. Portanto, diferentemente da cosmovisão ocidental patriarcal, a ideia da filiação nas sociedades matrilineares calcula-se através da linha materna e não da linha paterna. Nelas as mulheres não estão associadas à sujeição, mas à estabilização econômica, à segurança da coletividade e aos guardiões das provisões. Nas sociedades onde o matriarcado não foi alterado pelo colonialismo, patriarcado e outros fatores exógenos, as mulheres continuam a ter grandes poderes e transmitem o direito público na sua sociedade.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O autor agradece à CAPES, pelo apoio financeiro recebido e aos dois pareceristas anônimos da Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros pelos comentários e sugestões para a formatação final do artigo.

Palavras-Chave: Matriarcado, Patriarcado, Epistemologia, Cosmoperspectiva.

Abstract

This paper intends to analyze, albeit in a preliminary way, the relations between matriarchy and patriarchy in the African context. The subject has always been controversial. The two systems are different social organizations. In the African context, some literatures shows that patriarchy preceded colonization but took on new contours with the colonial invasion, while others, while recognizing gender inequalities and asymmetries, point to patriarchy as a result of the European colonial invasion. With the evolutionist theories, matriarchy is described as the inferior phase of human civilization, being considered by the ethnocentric Western view, as a status of barbarism and savagery. Methodologically, the research is of a descriptive and analytical nature, of bibliographical character. Therefore, unlike the Western patriarchal worldview, the idea of filiation in matrilineal societies is calculated through the maternal line and not the paternal line. In them women are not associated with subjection, but with economic stabilization, the security of collectivity, and the guardians of provisions. In societies where matriarchy has not been altered by colonialism, patriarchy, and other exogenous factors, women continue to have great powers and transmit public law in their society.

Keywords: Matriarchy, Patriarchy, Epistemology, Cosmoperspective.

Resumen

El presente trabajo pretende analizar, aunque sea de forma preliminar, las relaciones entre el matriarcado y el patriarcado en el contexto africano. El tema siempre ha sido controvertido. Los dos sistemas son organizaciones sociales diferentes. En el contexto africano, algunas literaturas muestran que el patriarcado precedió a la colonización, pero adquirió nuevos contornos con la invasión colonial, mientras que otras, a pesar de reconocer las desigualdades y asimetrías de género, señalan que el patriarcado es el resultado de la invasión colonial europea. Con las teorías evolucionistas, el matriarcado es descrito como la fase inferior de la civilización humana, siendo considerado por la visión etnocéntrica occidental, como estatus de barbarie y salvajismo. Metodológicamente, la investigación es de naturaleza descriptiva y analítica, de carácter bibliográfico. Por ello, a diferencia de la cosmovisión patriarcal occidental, la idea de filiación en las sociedades matrilineales se calcula a través de la línea materna, no de la paterna. En ellas la mujer no está asociada a la sujeción, sino a la estabilización económica, a la seguridad de la colectividad y a la custodia de las provisiones. En las sociedades en las que el matriarcado no ha sido alterado por el colonialismo, el patriarcado y otros factores exógenos, las mujeres siguen teniendo grandes poderes y transmitiendo el derecho público en su sociedad.

Palabras clave: Matriarcado, Patriarcado, Epistemología, Cosmoperspectiva.

Résumé

Le présent travail se propose d'analyser, quoique de manière préliminaire, les relations entre matriarcat et patriarcat dans le contexte africain. Le sujet a toujours été controversé. Les deux systèmes sont des organisations sociales différentes. Dans le contexte africain, certaines littératures montrent que le patriarcat a précédé la colonisation, mais a pris de nouveaux contours avec l'invasion coloniale, tandis que d'autres, tout en reconnaissant les inégalités et les asymétries de genre, désignent le patriarcat comme le résultat de l'invasion coloniale européenne. Avec les théories évolutionnistes, le matriarcat est décrit comme le stade le plus bas de la civilisation humaine, étant considéré par la vision occidentale ethnocentrique, comme un statut de barbarie et de sauvagerie. Méthodologiquement, la recherche est descriptive et analytique, avec un caractère bibliographique. Ainsi, contrairement à la vision du monde patriarcale occidentale, l'idée de filiation dans les sociétés matrilineaires se calcule à travers la lignée maternelle et non la lignée paternelle. En eux, les femmes ne sont pas associées à la sujétion, mais à la stabilisation économique, à la sécurité de la communauté et aux gardiennes des provisions. Dans les

sociétés où le matriarcat n'a pas été modifié par le colonialisme, le patriarcat et d'autres facteurs exogènes, les femmes continuent d'avoir de grands pouvoirs et de transmettre le droit public dans leur société.

Mots clés: Matriarcat, Patriarcat, Épistémologie, Cosmoperspective.

Introdução

A partir deste texto procura-se discutir as relações entre matriarcado *versus* patriarcado no contexto africano. Antes de proceder com os argumentos que sustentam a presente reflexão, é preciso deixar um acautelamento preciso: de nenhuma forma está-se afirmando no presente texto que no contexto africano não existia ou não existe a opressão, exploração, machismo, o patriarcado e outros 'ismos' ligados à doutrina e às tendências de opressão que marcaram e marcam as relações de gênero na África.

A África ou “mama África”, continente africano tem sido personificado na figura da mulher-mãe: é neste sentido que o matriarcado representa uma organização social em que as mulheres exercem papéis importantes na família, economia, política e na comunidade. Nas sociedades matrilineares, o sistema foi roto pelo colonialismo, pela desterritorialização marcada pela escravidão e por outros fatores exógenos. Nelas as mulheres-mães africanas são inscritas como grandes mães (SCHOLL, 2019) e batalhadoras que continuam a sustentar a grande parte da economia africana, destacando-se como sujeitos nucleares para/na melhoria das condições de vida da população rural, com vista ao acesso à terra, a mercados e ao combate às desigualdades de gênero, pois em parte, mesmo com ou sem a presença das políticas públicas destinadas ao combate à fome, à miséria e à pobreza, as mulheres têm engajadas na melhoria das condições de vida da população². São elas que garantem a sobrevivência de sua geração, desempenhando a função básica de cultivar e preservar a fertilidade do solo (MAZRUI, 1992).

O patriarcado é um sistema baseado nas relações estruturadas que favorecem os homens. É usado para descrever as relações em que os homens exercem o poder sobre os outros corpos, sendo que o gênero masculino é presumido como superior. O sistema carrega certas opressões contra as mulheres, desta forma, ele (sistema) permite-nos analisar como as mulheres são vítimas do jugo patriarcal temporalmente. Talvez seja “difícil” para um homem fazer a autocritica das décadas de ordem masculina e da dominação exercida pelos homens, por um lado, e, por outro, talvez seja interessante também um homem, “perguntar-se qual é a mutação fundamental das relações sociais” (ARAUDY, 1982, p.9) que os movimentos feministas, pensamentos feministas negros e mulheristas nas suas diferentes perspectivas trazem para os debates atuais e quais os mecanismos de combate à opressão de gênero são necessários para a construção de um mundo equitativo e igualitário. Para começar o debate, é preciso e é

² Para aprofundar sobre o debate, conferir: REIS, Tatiana. Protagonismo feminino e economia solidária na África contemporânea [online], 2020; Borges, Maria Manuela As mulheres em África: dinâmicas informais de socialização, educação, reprodução e inovação cultural Revista Educação em Questão, vol. 22, núm. 8 (1-5), 2005, pp. 7-33; GODINHO GOMES, Patrícia Alexandra. Como mulheres do setor informal. Experiências da Guiné-Bissau. In: VI Congresso Ibérico de Estudos Africanos. 2010; LOPES. Cátia Sofia Nobre. Estudo de Caso em Pitche e em Pirada. O Papel da Mulher no Microcrédito na Guiné-Bissau. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Superior De Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

necessário debater sobre o legado da sociedade patriarcal nas relações de gênero, o papel das instituições e dos atores na manutenção e na (re)produção de todas as formas de discriminação.

Questionar o patriarcado e os seus *modus operandi* tornou-se possível graças às mulheres e aos homens que, de fato, deram as suas contribuições, criticando, demonstrando, propondo e decifrando os sentidos inerentes às suas lutas, às opressões, à dominação e à exploração por suas existências como mulheres. Algumas literaturas, por exemplo, de Diop (2014), nos possibilita, ao mesmo tempo, localizar algumas situações da mudança do matriarcado para o patriarcado em algumas sociedades africanas, marcando a degradação dos status sociais, políticas e econômicas das mulheres africanas nos tempos da colonização e atuais, instruindo o patriarcado como universal que conduz hoje à dupla catástrofe ecológica da superexploração e da superpopulação, catástrofe que ameaça fazer desaparecer a nossa espécie se o mundo não tomar uma via eco-feminista ou eco-mulherista nas suas múltiplas dimensões humanas (D'EAUBONNE, 1977). Entretanto, na antiguidade africana as mulheres representavam o poder central na família e, em simultâneo, eram tratadas como matriarcas, rainhas ou matronas e não como seres inferiores. Apesar de tais constatações nas sociedades pré-coloniais, hoje, é indiscutível que o patriarcado não tenha alterado as relações de gênero no contexto das sociedades que eram matriarcais.

Com essas mudanças, os desafios para os/as cientistas africanos parecem ser numerosos e de carácter urgente, conferindo aos pesquisadores africanos (e não só) um ofício e uma responsabilidade acadêmica para produzir os conhecimentos e explicar os fenômenos sociais no contexto africano. Para isso, deve haver uma apropriação lúcida e responsável dos saberes que a humanidade construiu há séculos (CARVALHO; TUBENTO, 2020). Essa apropriação deve ser acompanhada pela vigilância epistêmica, para, de fato, não se cair nem no essencialismo, nem no negacionismo científico e nem nas explicações simplistas dos fenômenos em África.

As reflexões que estimulam as produções e os debates de gênero em África não se limitam apenas à ruptura epistêmica e epistemológica para explicar as relações de gênero, para além do determinismo biológico, mas também a utilização crítica de conceitos para interpretar alguns fenômenos na África. O fato trata-se de algumas contribuições importantes para os estudos sociológicos (e não só). Assim, para Adesina (2012), a matrilinearidade³ e as sociedades matriarcais, nos estudos de gênero em África, têm valores heurísticos que vão para além da forma como são teorizados o gênero e as suas relações nas concepções eurocênticas. Esses valores oferecem um quadro analítico para: pensar e repensar, fazer e refazer o quadro de parentesco, como teorizar e debater as identidades individuais e coletivas.

Metodologicamente, a pesquisa tem uma dimensão descritiva e analítica, de carácter bibliográfico. Após uma introdução, a primeira parte apresenta o colonialismo e o patriarcado como uma forma de discriminação, discutindo as assimetrias por ele criadas. A segunda

³ A matrilinearidade é compreendida como uma condição das sociedades matrilineares em que a descendência é contada em linha materna e não paterna. Nas sociedades matrilineares o papel da liderança e do poder é exercido pelas mulheres-mães da comunidade. (cfr.: revista Galileu, Matriarcado: História ou mito? Disponível em: <https://bit.ly/3anUvcO>. Acesso em: 06 jul. 2022.

discute o matriarcado e a matrilinearidade como uma organização de um povo que está viva e vivida até os dias atuais e, por fim, foram apresentadas as considerações finais.

Colonialismo e o patriarcado

A sociedade atual [...] assenta numa gigantesca fraude que timidamente começa a ser denunciada. Esta fraude esconde-se por detrás de todos os problemas políticos, religiosos, sociais, econômicos [imperialistas, (neo)coloniais] e culturais que lhe servem de álibi: trata-se estritamente da relação entre o homem e a mulher (MARKALE s/d *apud* D'EAUBONNE, 1977, p.5)

Uma das grandes fortalezas e da característica do povo africano se dá em sua xenofilia⁴, na afeição ao que difere não no sentido ultrajante, ao que é estrangeiro. A forma de manifestá-la demonstra-se na hospitalidade. Entretanto, para Souza (2019), isso pode consubstanciar numa grande abertura para a invasão e a colonização do continente africano. Para o autor, a xenofilia enfraqueceu parcialmente os sentimentos de lealdade às origens africanas e favoreceu o rompimento da estrutura matriarcal para a patriarcal. Assim, é importante reconhecer que o patriarcado e as suas formas ou designações culminaram em estruturas de racismo, xenofobia, machismo, e entre outras práticas discriminatórias, adjetivando os corpos das mulheres e, sobretudo, as mulheres pretas (OLIVEIRA, 2015) por serem mulheres. São essas mulheres que anunciaram a libertação feminina e a masculina, participando nas lutas anticoloniais para as independências dos países africanos e, hoje, nas diversas associações e movimentos de sociedade civil, contribuindo para a emancipação e o empoderamento feminino. Com isso, percebe-se que,

O movimento de libertação dos povos oprimidos por quatro séculos de massacres, servidão e colonialismo fez desses povos os porta-vozes de todos os que, no mundo, reivindicam não somente sua emancipação com respeito a invasores e ocupantes estrangeiros, como também seu desejo de reconquistar sua “identidade cultural”, negada ou destruída pelos colonialistas (GARAUDY, 1982, p.61-62, grifo original).

Nisso pode-se associar, ainda, a participação das mulheres nos processos das independências dos países africanos, da América Latina e outras partes do mundo. Nesse contexto, a crítica ao patriarcado foi, sem equívoco, a mais relevante teoria concebida para explicar o contexto de discriminação suportado pelas mulheres nas sociedades. Para Silva e Londero (2016), nas sociedades patriarcais quem detém o poder é o homem.

Essa relação, para Paulina Chiziane (2013) está presente desde o “mito” da criação do mundo. Para a autora, olhando para a mitologia *bantu*, depois da criação do mundo, não houve maldição nem pecado original, mas segundo o mito, foi o homem que surgiu primeiro e isso lhe conferiu o estatuto de superioridade, permitindo-lhe governar o mundo e o destino das mulheres. Assim, as condições difíceis das mulheres são criadas por “Deus” e normalizadas pelos homens. Entretanto, pergunta-se, até que ponto a mitologia criada foi uma ideologia

⁴ Excesso de simpatia por pessoas e/ou coisas estrangeiras.

para dominar os corpos femininos? Qual é o papel da ideologia religiosa no que concerne a naturalização da mulher ligada ao aspecto da natureza e o homem ao da cultura?

Desde o cristianismo, os primeiros teólogos cristãos tinham uma posição de repúdio contra as mulheres. O teólogo Clemente de Alexandria (150-215) chegou a defender que as mulheres deveriam se envergonhar das suas condições de natureza se tivessem consciência delas e, ainda, consideram-nas como caminho do mal. Os cristãos hostilizavam as mulheres consideravam-nas como nefastas e diabólicas. Assim, alguns teólogos chegaram a indagar “por que razão a mulher foi criada?” (MONTEIRO, 2008 *apud* SILVA; LONDERO, 2016, p.5). Com esta mitologia da criação do mundo por Deus “masculino”, Chiziane (2013, p.200) afirma que “nós, mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade. Dentro de mim, qualquer coisa faz-me pensar que a nossa sorte seria diferente se Deus fosse mulher”, ou seja, as mulheres e, sobretudo, as pretas “são vítimas, mais do que quaisquer outros [mecanismos de dominação], por sua existência mesma” (GARAUDY, 1982, p.61).

O cristianismo com a missão civilizadora serviu como alicerce para a lavagem cerebral dos povos colonizados. Algumas sociedades africanas colonizadas, em função dos seus contatos com o colonizador europeu numa relação marcada por hierarquias de poder começaram a adotar as características do patriarcado o que para os defensores de evolucionismo cultural representava uma mudança de estado “primitivo” para “hodierno”. Argumentos que na época eram defendidos como verdades “absolutas” baseadas na universalização da suposta evolução humana (NASCIMENTO, 2008). No processo de colonização havia uma justificação baseada na ideia de raça superior. As diferenças de fenótipo foram usadas para medir a evolução cultural e intelectual dos pretos, sendo necessária sua dominação para lhes darem a suposta civilização.

O corpo no processo de colonização foi apropriado como “objeto” e através dele (e não só) o colonizador exerceu a sua dominação. As mulheres e os homens pretos foram vítimas das múltiplas violências – psicológicas, físicas, culturais, religiosas, etc. –, sendo que as mulheres foram usadas como *seres-sexuais-mercadorias* e os homens como *seres-trabalhadores-mercadorias*. Essa trilogia, que compõe o quadro analítico da violência na África, evidencia que a violência, nas suas dimensões acima referenciadas, repete-se sempre, tanto no quadro das relações de gênero nas sociedades africanas, onde se desenvolveu políticas de “diferenciação”, assim como nos corpos. Esses corpos foram relegados a meros adjetivos ultrajantemente.

É através do corpo que se dá a dominação e a superioridade racial baseada no fenótipo em relação às populações pretas (Oliveira, 2015). A colonização foi nefasta no que diz respeito à identidade e à autoestima do povo preto, obrigando os africanos a uma negociação desnecessária para serem reconhecidos como humanos, ou melhor, como aduz Fanon, para serem reconhecidos como seres humanos, os africanos deveriam recorrer às “máscaras brancas”. O corpo da mulher negra estava sob diversas estigmatização e alguns julgamentos como inferior, subjugado e assujeitado pela sua cor e pelo seu gênero.

O processo de apropriação de forma discriminatória do corpo das mulheres pretas causou efeitos psicológicos, físicos, mentais e espirituais. Elas eram procuradas pelos homens brancos para lisonjear os seus desejos sexuais e estes entendiam o corpo da mulher preta como “objeto” que não tinha futuro (OLIVEIRA, 2015), sendo corpos sacrificados e negados social e historicamente pela colonização. A colonização foi muito violenta até ao ponto de tentar

solapar as identidades do povo colonizado, com isso, recebendo os novos nomes, novo “Deus” nova “civilização” nova forma de “andar” e novas “línguas”.

Com o patriarcado os homens foram levados e caracterizados como superiores no plano social, econômico e político. As “instituições, as leis, os valores e os costumes sociais refletiram o mito da superioridade masculina” (MONTEIRO, 2008 apud SILVA; LONDERO, 2016, p.8), sendo uma história feminina marcada pela violência e pela dominação masculina que negou (e ainda nega) os direitos, as conquistas e os lugares das mulheres na sociedade. Por isso, hoje, as nossas leis, valores e instituições ainda apresentam o “rosto” masculino que, infelizmente, mantém ou tenta manter a suposta superioridade masculina em todas as esferas sociais, políticas e econômicas da sociedade.

Com a instituição do patriarcado, as mulheres foram (e ainda são) caracterizadas supostamente como inferiores, subalternas e colocadas numa situação totalmente antagônica com o matriarcado em que a mulher participava nas grandes orientações dos impérios como nos diz a Chiziane (2013:200) “a história humana tem mulheres que atingiram as esferas mais altas da sociedade. Ao longo dos séculos, houve rainhas, imperatrizes, embaixadoras e ministras” no contexto africano (e não só) que desempenharam grandes funções nos impérios, nas lutas de libertação nacional dos países africanos e hoje as suas histórias são ocultadas nas historiografias das resistências africanas. Apesar desses esforços feitos até a proclamação das independências,

eis por que, em todos esses povos, foi intensa a amargura feminina quando, o dia seguinte às independências proclamadas, as combatentes do grande combate libertador, viram-se uma vez relegadas ao segundo plano da via política e alijadas da maior parte das conquistas da liberdade [política, social e econômica] (GARAUDY, 1982, p.62).

Esse deslocamento e essa regressão, conforme o autor, são características de quase todos os movimentos da libertação; os lugares ocupados pelas mulheres nos postos de direção, em todas as esferas da vida social, mesmo com pequenos avanços, são geralmente desproporcionais aos papéis que as mulheres desempenharam nas resistências anticoloniais (GARAUDY, 1982). Hoje, as mulheres, mesmo sendo alicerces das economias e da agricultura familiar, continuam sendo esquecidas pelos Estados africanos pós-coloniais.

Com o patriarcal, as mulheres tornaram-se propriedades em linhagens dos seus maridos, perderam todos os seus direitos pessoais, auto-identidade e passaram a depender mais do marido, a situação que pode ser caracterizada como a “perda das mulheres é o ganho dos homens” (OGUNDIPE-LESLIE, 1985 apud BAKARE-YUSUF, 2003, p.3). Como a instituição do patriarcado os homens tornaram-se mais poderosos no sistema de parentesco. Desse modo, o processo de colonização contribuiu, nas sociedades africanas matriarcais, para a inversão do matriarcado para o patriarcado, uma prática que nos olhares dos cientistas sociais ocidentais etnocentristas demonstra a evolução de um povo primitivo para o estado civilizado.

Matriarcado e matrilinearidade: práticas presentes nas cosmoperspectivas africanas

No caso particular da África Negra, acredita-se, em quase todo o lado, que a criança deve muito mais, biologicamente falando, à mãe do que ao seu pai. A herança

biológica do lado materno é mais sólida, mais importante do que a herança do lado paterno (DIOP, 2014:37).

As teorias de Oyèrónké Oyěwùmí, (2004), Bibi Bakare-Yusuf (2003), Ifi Amadiume (2005 [1992]) e (1997), Wendy James (1978), Cheikh Anta Diop (2014), Jimi Adesina (2012; 2006b), Oheneba-Sakyi, Yaw; Takyi Baffour (2006), Diop (2014), Paulina Chiziane (2013), Molar Ogundipe-Leslie (1985) e outros/as pesquisadores/as demonstram que as sociedades africanas podem ter as suas formas de desigualdade e estratificação social, porém, é necessário olhá-las a partir da realidade endógena. Os trabalhos desenvolvidos por estes autores configuraram-se como um esforço de empreendimento de endogeneidade e conduzem nas suas abordagens analíticas e interpretativas uma ruptura epistêmica nos estudos sobre o gênero.

Estes estudos permitem à nova geração de académicos africanos (e não só) apropriarem dos elementos metodológicos e interpretativos para fazer face aos desafios da teorização das relações de gênero. Assim, neste trabalho, apropriar-me-ei do conceito de sociedade matriarcal com dois eixos: a matrilinearidade e a matrifocalidade. Os termos parecem ser semelhantes, mas não os são. O segundo refere-se a um grupo ou sociedade onde a mãe ocupa a posição do “centro”, ao passo que o pai ocupa a do “secundário” ou ausente. Apesar dessas posições, a mãe e o pai compartilham os espaços de poder; já o primeiro, por seu turno, se refere a uma organização na qual a linhagem é calculada através da linha materna. Assim, para Adesina (2012), os trabalhos produzidos nesta perspectiva nos oferecem uma base heurística e holística para a compreensão das relações de gênero e dos assuntos ligados à identidade, dando-nos a possibilidade de lutar em prol da construção de uma sociedade igualitária e justa.

No depreender de alguns/algumas pesquisadores/as, é errado sugerir que a assimetria sexual é interna às sociedades africanas ou que o gênero antes da invasão europeia era um princípio que organizava essas sociedades. Em outras palavras, os/as pesquisadores/as deduzem que antes da presença colonial não havia a divisão social do trabalho baseado no gênero, mas sim, na faixa etária como assevera a Oyèrónké Oyěwùmí (2004) no seu olhar específico sobre a família Iorubá⁵. Nos registros dela, a divisão de trabalho não é

[...] generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder [na] família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base nas suas idades cronológicas (OYĚWÙMÍ, 2004, p.6).

Antes da invasão colonial, o matriarcado africano era uma parte integrante das cosmologias africanas associadas à liberdade, à organização familiar em que as mulheres não eram tidas como objetos, uma visão que para os colonizadores europeus era funesta. Assim, as

⁵ Aqui não se pretende generalizar o caso particular das sociedades yorubás como se elas dessem conta de todas as especificidades das sociedades africanas. Porém, essa particularidade demonstra que não se pode universalizar uma perspectiva de gênero no contexto mundial. Por isso, tanto nas sociedades antigas, quanto nas “modernas”, é preciso ampliar os debates e “ver o outro lado da moeda”, isso porque as relações humanas são dinâmicas e heterogêneas.

epistemologias africanas foram ignoradas pelo sistema colonial que teria como a missão aniquilar as representatividades africanas em todos os sentidos. É neste sistema patriarcal que o corpo da mulher preta foi tido como patológico (OLIVEIRA, 2015).

É importante salientar que no processo de organização social e política na África, o matriarcado delega à mulher o poder de comando e de decisões importantes na comunidade e na família. Em função desse modelo de organização, a mulher não se limitava a participação no poder ao lado do homem, mas também era quem decidia sobre as questões políticas, administrativas e econômicas e era responsável direta pelos destinos e manutenção das comunidades com as leis e regras que orientam o melhor funcionamento da comunidade (CHAGAS, 2011), exercendo um papel importante na estabilização da sociedade.

Essa situação, segundo Diop (2014) está relacionada a dois fatores principais, a saber: primeiro, refere-se à transmissão da herança e o segundo refere-se à influência na economia, possibilitando-lhes ocuparem as posições de privilégios. Nesse contexto várias rainhas e outras mães comandavam as diferentes sociedades ou grandes impérios africanos. Assim, as mulheres tornaram-se atores essenciais na estabilização econômica enquanto mães, cumprindo a tríplice função de guardiãs do fogo, da água e da terra, enquanto os homens se dedicam às outras atividades, pois os administradores coloniais tentaram de várias formas para fazer a população africana, particularmente, os homens a participar na mão de obra colonial. Recorreram aos trabalhos forçados e à cobrança de impostos. Com isso, a proporção dos homens que permaneceram na agricultura foi ínfima devido ao alistamento masculino compulsórios e à migração de mão de obra (MAZRUI, 1992).

Nas sociedades que não seguem o sistema patriarcal, Bakare-Yusuf (2003, p.4) observa o seguinte:

em sociedades matrilineares ou bilineares, mulheres têm posições de sujeito mais complexas, como a sua produtividade e capacidade reprodutiva são voltadas para os seus clãs natais, apesar de o fato de serem casadas com pessoas de fora. Uma investigação cuidadosa poderia descobrir o alcance que as mulheres nestas sociedades têm para a negociação de liberdades econômicas e políticas individuais em relação às diferentes famílias ou linhagens.

Com isso, percebe-se que, as categorias de gênero nas sociedades Ocidentais operam num antagonismo entre o masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como o superior e, portanto, pode ser uma interpretação alienígena a muitas culturas africanas (OYĚWÙMÍ, 2004). Apesar da consideração da autora, não se pretende neste trabalho “refugiar” categoricamente na diáde acima referenciada. Hoje, em muitas sociedades africanas e não só, o filho parece ser (muito mais) desejado em relação à filha, em particular, no contexto da Guiné-Bissau. Nas situações de “vulnerabilidade econômica”, os pais acabam por privilegiar mais os meninos em relação às meninas no que diz respeito ao acesso à escola e a outros bens.

Durante o sistema matriarcado, as antigas civilizações africanas homenageavam a Deusa-Mãe, venerando-a. As sociedades africanas, como quaisquer outras sociedades, tinham sido marcadas por conflitos internos, porém, geralmente, elas tinham sido consideradas pacíficas em relação às guerras que aconteceram (e ainda acontecem) com a interrupção das civilizações

africanas através do colonialismo. Com a invasão colonial e as ocupações dos territórios africanos, os invasores e usurpadores estupraram e violaram as mulheres, raptaram as crianças, escravizaram os homens e forçaram-nos a trabalhar nas situações desumanas. Com isso, os corpos pretos e, sobretudo, os das mulheres foram tratados como “objetos” sexuais e sem identidades próprias, o que fez com que elas se tornassem a trilogia de *seres-sexuais-mercadorias*, dispostos a serem usados como bonecas sexuais.

Contrariamente a isso, no matriarcado, as mulheres tinham (e ainda têm) grandes influências no aspecto religioso demonstrado a partir de uma epistemologia da sacralidade da mãe e a sua autoridade que é ilimitada. Nas suas múltiplas formas de expressões religiosas, as mulheres representam o símbolo de “espírito da maternidade compartilhada” expressa por uma entidade-mãe primordial de um grupo. E, por outro lado, havia uma relação intrínseca da mãe com a questão do sagrado nas religiosidades africanas (SCHOLL, 2016). Isso demonstra que as mulheres não eram e nem foram tidas como *seres-sexuais-mercadorias* como os europeus consideram-nas.

Infelizmente, mesmo sendo uma forma de organização familiar muito importante nas perspectivas africanas, o matriarcado é visto como primitivo pelos cientistas etnocentrista ocidentais, porque este modelo não se encaixava no modelo ocidental e, sobretudo, porque o sistema familiar tinha a mulher à sua frente. Esses cientistas tentam a todo custo universalizar uma visão do patriarcado como uma forma de organização familiar mais avançada e mais evoluída com relação às outras formas de organização familiar. Isso, sim, representa o preconceito dos sectários de tais pseudocientificidades. Sobre isso, pode-se asseverar que os adeptos da teoria de que o matriarcado se situa no estado inferior da civilização humana, ao tentar buscar as teorias para explicá-lo, eles não o explica(ram). Por isso,

a anterioridade e a inferioridade da filiação uterina poderiam estar relacionadas apenas, nas nossas teorias, com um preconceito: as nossas civilizações europeias, ao mesmo tempo que revelam por vezes vestígios de uterismo, estão de tal modo fundadas no outro sistema, que a nossa tendência *inconscientemente* consiste em considerar a filiação masculina enquanto superior, enquanto culturalmente posterior à outra. É este princípio que aplicamos a outrem. Como é legítimo, explicamos a posteriori esta teoria apriorística: afirmamos que o parentesco da criança com a mãe não deixa margem para dúvidas, enquanto que a filiação com o pai não é de modo algum certa, sobretudo no que diz respeito a “selvagens”. Porém, resguardamo-nos ao fazer antecipar esta afirmação por um estudo aprofundado das opiniões dos bárbaros acerca o mecanismo da concepção, análise esta que, apesar de alguns estudos detalhados, permanece ainda hoje por fazer (GENNEP, s/d apud DIOP, 2014, p.26, grifo meu).

Urge perguntar: do que se trata a tendência *inconsciente* para Genep? Esta tendência inconsciente, para Diop (2014), parece justificar a superioridade do patriarcado em relação a outros sistemas familiares. Para os defensores da satanização do matriarcado, por exemplo, Bachofen, o patriarcado é sinônimo de aspiração espiritual em direção ao modelo divino do

firmamento, de pureza e de castidade moral, enquanto o matriarcado constitui o sinônimo de dependência passiva da vida terrestre, material, das necessidades dos corpos⁶.

Hoje, algumas sociedades africanas fundamentam-se na base do matriarcado compartilhado pela comunidade, constituindo um ponto em comum da cultura e do espaço de relacionamento chamado “unidade orgânica”, como alicerce da construção das relações familiares. Não obstante a tentativa de universalizar o patriarcado, o matriarcado africano está presentemente tal como nos tempos dos nossos ancestrais, apesar de algumas mudanças. Nas culturas em que o matriarcado não teria sido alterado pelo colonialismo um fator exógeno (Cristianismo, patriarcado), Islã e outros fatores, a mulher continua a ter grandes poderes e transmite o direito público na sua sociedade (DIOP, 2014; SCHOLL, 2016, 2019).

Para Diop (2014), as sociedades africanas seriam de origem familiar matriarcal relacionada às práticas agrícolas, econômicas e à liberdade das mulheres. No matriarcado, a união pelo casamento,

se dava quando o homem se deslocaria para a casa da mulher constituindo a união e subsequentemente, a prole. Relaciona-se o matriarcado com a matrilinearidade, aspecto que determina que a linhagem é transmitida por via materna: os filhos do casal “pertencem” à família do lado da mãe e o pai é colocado como uma figura secundária com relação aos irmãos da mãe na responsabilidade sobre a criança (SCHOLL, 2016, p.28-29).

Por ser uma característica africana, o matriarcado foi definido pelos antropólogos e etnólogos ocidentais, como Friedrich Engels, Johann Jakob Bachofen e Lewis Henry Morgan de primitivo. Morgan (2005, p.23), por exemplo, chegou afirmar ser incontestável que algumas partes da família humana no mundo tenham existido “num estado de selvageria, outras partes num estado de barbárie e outras ainda num estado de civilização [...]. Além disso, é possível supor que essa sequência tenha sido historicamente verdadeira para toda a família humana até o status respectivo atingido por cada ramo”.

Essa suposição pseudocientífica baseia-se no suposto conhecimento das condições humanas e históricas em que ocorreram o dito progresso, e também a evolução dos ramos familiares através de um processo linear, ou seja, para Morgan certos estágios de organização familiares comporiam um processo de evolução comum a todas as sociedades humanas. Assim, a tabela 1 ilustra como Morgan caracteriza as etapas da evolução humana.

TABELA 1: períodos da “evolução” humana

Períodos	Condições	Explicações
Período inicial de selvageria	Status inferior de selvageria	Da infância da raça humana até o começo do próximo período
Período intermediário de selvageria	Status intermediário de selvageria	II. Da aquisição de uma dieta de subsistência à base de peixes e de um conhecimento do uso do fogo até etc.
Período final de selvageria	Status superior de selvageria	Da invenção do arco-e-flecha até etc.

⁶ Para aprofundar as suas teorias, conferir: BACHOFEN, Johann Jakob. El matriarcado: una investigación sobre la ginecocracia en el mundo antiguo según su naturaleza religiosa y jurídica. Madri: Akal Universitaria, 1987.

Período inicial de barbárie	Status inferior e barbárie	Da invenção da arte da cerâmica até etc.
Período intermediário de barbárie	Status intermediário de barbárie	Da domesticação de animais no hemisfério oriental e, no Ocidental, do cultivo irrigado de milho e plantas, com o uso de tijolos de adobe e pedras, até etc.
Período final de barbárie	Status superior de barbárie	Da invenção do processo de fundir minério de ferro, com o uso de ferramentas de ferro, até etc
Status de civilização	Status de civilização	Da invenção do alfabeto fonético, com o uso da escrita, até o tempo presente.

Fonte: Morgan (1877); adaptada pelo autor.

Para o autor, os períodos têm culturas diferentes e demonstram as peculiaridades de cada período histórico. Esses períodos possibilitam tratar a sociedade de forma específica conforme os seus status. Assim, para Morgan (2005, p.29), a “África era e é um caos étnico de selvageria e barbárie” onde o matriarcado constitui uma forma de organização social com o status superior de selvageria. Penso eu, que, de fato, Morgan estava doente e hoje todos os seus prosélitos precisam tratar-se da enfermidade. Morgan destaca os estados da evolução familiar por quatro estados ou famílias: da família dita consanguínea, punaluana, sindiásmica e a família monogâmica patriarcal, este último configura na escala superior da civilização humana.

O primeiro estado seria de promiscuidade primitiva que é a família dita *consanguínea* em que o único parentesco (re)conhecido de uma criança seria o do lado materno. O casamento só é proibido entre os pais e filhos, sendo que os irmãos poderiam casar-se entre eles; segundo estágio é denominado como a família “*punaluana*”, que se trata de casamentos poligâmicos com as esposas dos irmãos e com os maridos das irmãs; terceiro estágio seria da família “*sindiásmica*” caracterizada pela monogamia, com facilidade recíproca de divórcio, porém os filhos continuam a pertencer à mãe. Assim, independentemente do motivo da separação, todos os filhos permanecem no clã materno. Nela a filiação é matrilinear e o homem oferece o dote à mulher; e o quarto e último seria o da família *monogâmica patriarcal* na qual o divórcio se torna quase impossível; a mulher está sob dependência total do seu marido sob a sua autoridade jurídica e com a descendência patrilinear marcada pela hierarquia do dito “progresso universal” (DIOP, 2014; NASCIMENTO, 2008, grifo meu).

Diop (2014) faz uma crítica dura a esses pensadores e aponta que nenhum estudo provou que os povos de diferentes sociedades avançaram de um estado “primitivo” matrilinear para um “superior” patriarcal. A demonstração da passagem universal do sistema matrilinear para patriarcado só seria cientificamente aceitável caso se provasse, no meio de um determinado povo, que esta evolução tivesse de facto concretizado. E quando examinada de perto as teses evolucionistas de Bachofen, Morgan e de F. Engels⁷ percebe-se que são teses anticientíficas com pseudoconclusões. Desse modo, é impossível que sociedades diferentes tenham o mesmo sistema da organização social.

Ainda o autor afirma que o matriarcado é uma organização social de um determinado povo e não representa um estado “primitivo”. Pois, nas sociedades matrilineares, as mulheres exercem funções importantes o que não as colocam no lugar inferior (DIOP, 2014). Assim,

⁷ Sobre o autor, conferir: ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade Privada e do Estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019.

percebe-se que as historicidades formuladas pelos cientistas sociais ocidentais sobre o matriarcado ou a matrilinearidade são falsas.

A “inferioridade” da mulher africana descrita pela historiografia ocidental também é contestada pela Oyěwùní (2004) que, olhando para o caso específico da família Yorùbá de Nigéria, afirma que, antes do contato com os europeus não existiam grupos na sociedade Yorùbá caracterizados por interesses comuns pré-existentes, desejos ou posição social chamada mulher, ou homem, sendo que as diferenças sexuais não consubstanciam numa hierarquização entre os sexos. Assim, para autora, “a linhagem é um sistema familiar baseado, consanguineamente, construída em torno de um núcleo de irmão e irmãs por relações de sangue” (OYĚWÙNÍ, 2004, p.7) construída por uma série de gerações, linha de parentesco ou de um conjunto de antepassados conforme as linhas de filiação, ou familiar.

O matriarcado não implica uma dominação sobre os homens na sociedade africana, mas a partilha de responsabilidade e privilégios do poder, o que permite o equilíbrio estável nos negócios de Estado. Essa política, por exemplo, para Nascimento (2008), expressava-se no mito egípcio de Osíris, que além de deus era o primeiro soberano símbolo da nação. Osíris exercia o poder político e espiritual conjuntamente com a sua irmã Ísis e a sua esposa. Para ilustrar tais afirmações, Sonia Sanchez (1985 *apud* Nascimento, 2008, p.76) elucida o seguinte:

consideravam-se as mulheres como divinas, da mesma forma que os homens. Nessas condições favoráveis, as deusas tinham o seu prestígio ao se tornarem esposas. O casal constituía a unidade religiosa e social. A mulher atuava como aliada e complemento do homem; possuía os mesmos direitos que ele, os mesmos poderes na justiça: ela herdava, era proprietária. Acima de tudo, as mulheres ostentavam nomes que designavam os atributos divinos de Deus.

A tradição das rainhas-mães africanas estabelecidas em Núbia, ao atual Sudão, com a linhagem das Kentakes, ou Candaces, que reinou de 300 a.C. d.C., isto é, durante seiscentos anos. Essas rainhas exerciam poderes políticos por direitos próprios e não na qualidade de mulheres. A Makeda (1005-950 a.C.), rainha de Sabá, à Arábia, à Síria e à Índia com poderes econômicos, controlando o comércio de ouro, marfim, óleos, pedras preciosas, etc. o reino é marcado por grandes construções, incluindo estátuas, monumentos e complexos urbanos e sistemas hidráulicos. Havia rainhas, como Tiye, Nefertiti e Nefertari, que governavam em colaboração com os seus maridos faraós. Outras rainhas exerciam o poder por direito próprio sem influências dos homens, e não na qualidade de esposas, assumindo todas as responsabilidades de administração civil, militar, social e econômica de grandes impérios africanos como, por exemplo, uma rainha, Hatshepsut, reinou sozinho durante a XVIII dinastia (NASCIMENTO, 2008). Nesses impérios havia assembleias de mulheres e outros homens, que, de fato, discutiam e legislavam de forma compartilhada. O fato remoto aos tempos dos faraós quando o matriarcado funcionava como um sistema política⁸ em que as mulheres participavam nos espaços públicos e nas tomadas de decisões importantes dos impérios (SCHOLL, 2019).

⁸ Sobre isso, consultar: DIOP, Cheikh Anta. Black Africa: the economic and cultural basis for a federated state [1960]. Westport (EUA): Lawrence Hill and company, 1987. Durante a pesquisa não foi possível encontrar nem o texto original e nem a tradução do original.

A história da África tem casos das rainhas e das mulheres protagonistas de revoltas contra os invasores coloniais e que tiveram a ousadia de enfrentar, na arena militar, e política os escravistas e os colonizadores europeus. Em Angola, a rainha Nzinga colega de zumbi, resistiu fortemente aos colonizadores portugueses e holandeses, estes exemplos segundo Nascimento (2008) representam uma forma matrilinear que caracteriza as sociedades africanas. Outro é o da Okinka Pampa rainha dos Bijagós de Orango na Guiné-Bissau que resistiu contra as campanhas de pacificação do colonialismo português e implementou algumas reformas com ampliação dos direitos das mulheres.

Corroborando com isso, Miguel de Barros (2019) afirma que alguns grupos étnicos na Guiné-Bissau têm toda a sua estrutura social baseada no matriarcado e não no patriarcado. Segundo este autor, “a propriedade é da mulher, a casa é da mulher, quem constrói a casa, é a mulher, quem dá o apelido é a mulher, quem gera o sagrado, é a mulher, o espiritual, é a mulher, e são elementos com um maior poder de decisão e de deferência na comunidade, que são as bisavós” (BARROS, 2019, p.3)⁹.

No matriarcado, ao contrário de reprimir as mulheres, desprezá-las, elas são estimuladas a desenvolverem e assumirem a gestão dos impérios, da família, do sagrado, do espiritual e da sua contribuição produtiva à comunidade no sentido geral, ou seja, a mulher e o homem não são considerados como inimigos, mas sim, se complementam. Com isso, Nascimento (2008) salienta que no plano religioso havia sacerdotisas soberanas nos centros primordiais do culto religioso, em um contexto em que os poderes políticos, religiosos, econômicos e sociais eram fundamentais à condição da existência e dos assuntos de Estado. Desta forma, a família matriarcal africana,

caracteriza[-se] pela emancipação da mulher na vida doméstica, pela xenofilia, pelo cosmopolitismo, por uma espécie de coletivismo social, solidariedade material de direito para cada indivíduo de forma que também teria valores sociais deles decorrentes que seriam o ideal de paz, justiça, bondade, otimismo que elimina qualquer noção de culpa ou de pecado original nas criações religiosas, ou metafísicas (SCHOLL, 2016, p.27-28).

No matriarcado africano, a mulher é comparada à terra porque lá ela é o âmago da vida. Da mulher emana a força mágica da criação. Ela é abrigo no período da gestação do/a filho/a e alimenta princípio de todas as vidas. Ela é prazer, calor, conforto de todos os seres humanos na superfície da terra. Na sociedade matriarcal a mulher é vista como a mãe da vida e a força da produção da riqueza (CHIZIANE, 2013; OLIVEIRA, 2015). Isso não quer dizer que a tarefa da mulher é destinada, exclusivamente, à maternidade como tem rotulado alguns pensamentos etnocentristas.

Desse modo, Iris Youngm (1997 *apud* Bakare-Yusuf, 2003, p.3) nos alerta que precisamos fazer uma distinção cuidadosa entre diferença sexual, como “um fenômeno individual da psicologia e experiência, bem como da categorização cultural”, a dominação masculina como estrutura de relações de gênero e formas institucionais que determinam essas estruturas”, que surgiram

⁹ Entrevista de Miguel de Barros na revista periferia dirigida por Raquel Paris em abril de 2019. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/miguel-de-barros/?pdf=1505> «acesso no dia 24/07/2019».

através do processo de colonização e da imposição do sistema patriarcal como superior. É preciso dizer que,

o futuro do continente africano depende de um novo equacionamento dos sexos no conjunto do processo econômico [político e cultural]. Isso implica um ajuste estrutural de cunho mais cultural [e político] que puramente econômico. Quanto à questão dos sexos, a África precisa de uma reforma cultural – “Buscai primeiro o reino da cultura e tudo mais virá por acréscimo” (MAZRUI, 1992, p.43).

Assim, a África precisa (re)pensar as relações de gênero, modernizar e mecanizar agricultura familiar, a produção rural. Esse processo deve ser feito sem, no entanto, afetar negativamente as condições das mulheres ou excluí-las na busca das soluções dos problemas que as afetam. É preciso encontrar, como aduz Françoise d’Eaubonne, no mundo eco-feminista e eco-mulherista equivalências equitativas ao papel feminino na sociedade atual. De modo que se torna possível trabalhar e aproveitar os papéis das mulheres africanas, para aumentar as suas produções, os seus empoderamentos e as suas participações nas atividades políticas, econômicas sociais e, sobretudo, nos espaços de tomada de decisões, pois política, social e historicamente as mulheres têm sido afetadas pelo patriarcado.

Considerações finais

A história do continente africano foi marcada pelo colonialismo, seja nas relações que se estabeleceram com os antigos colonizadores, seja nas relações entre os colonizados. A produção de discursos pseudocientíficos marcou as estruturas familiares no contexto africano, incluindo, a historiografia do continente africano. Matriarcado – como uma estrutura social de um povo – pode ser usado para (re)pensar as relações econômicas, políticas, sociais e históricas estabelecidas no contexto africano. Sociologicamente, o matriarcado refere-se ao regime familiar ou social em que a autoridade (política, social, econômica, etc.) é exercida pelas mulheres-mães. Tais situações, conforme o texto evidenciou teria prevalecido e ainda prevalece em algumas sociedades africanas em geral, e na Guiné-Bissau, em particular, embora estejam influenciadas pela “modernidade”, cristianismo, islamismo e outros fatores. As categorias de gênero nas sociedades Ocidentais operam numa dualidade dicotômica oposta entre o masculino/feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como o superior (Oyèwùmí, 2004) e, portanto, pode ser uma interpretação alienígena a muitas culturas africanas, por isso, é importante uma vigilância epistêmica e apropriação lúcida dos conhecimentos que a humanidade dispõe há séculos. Porém, devido a vários fatores, as sociedades africanas experimentam problemas de representação feminina nos espaços políticos e nos lugares de tomada de decisão. Assim, estas assimetrias devem e precisam ser denunciadas para construir uma sociedade mais equitativa e mais igualitária, por isso, há que se tomar medidas necessárias que tornem possível a partilha dos conhecimentos, a correção e a reparação histórica para amenizar as injustiças cometidas no pretérito recente ou não contra as mulheres e outros grupos sociais. Por fim, neste texto, deixa-se claro que: conforme as situações descritas, não se defende neste texto que não há no contexto africano a opressão, o

patriarcado, o machismo e outros “ismos”. Está-se falando de um assunto que ainda parece evidenciar o legado histórico e colonial nas tradições africanas.

Referências bibliográficas

- ADESINA, Jimi. Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: SILVA, Teresa Cruz; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. (Orgs). **Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas**: (textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA, 2012.
- BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. **Feminist Africa**, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô; TUBENTO, Medilanda Eliseu Amós. Matriarcado africano: uma análise nos escritos dos feminismos. **Tensões Mundiais**, v. 17, n. 33, p. 305-328, 2020.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. A condição da mulher na África tradicional. In: **Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, olhares diversos sobre a diferença**. João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3ddOv4Z>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- CHIZIANE, Paulina. [Testemunho]. Eu, mulher.... Por uma nova visão do mundo. **Abril-NEPA/UFF**, v. 5, n. 10, p. 199-205, 2013.
- D’EAUBONNE, Françoise. **As mulheres antes do patriarcado**. Lisboa: Editorial Veja, 1977.
- DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Luanda, Mulemba, 2014.
- GARAUDY, Roger. **Libertação da mulher, libertação da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.
- MAZRUI, Ali A. A mulher na economia africana. **Finanças & Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 42-43, 1992.
- MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga: ou investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização [1877]. In: MORGAN, Lewis Henry. **Evolucionismo cultural**/textos de Morgan, Taylor e Frazer; textos selecionados, apresentação e revisão, Celso Castro; tradução, Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. As civilizações africanas no mundo antigo. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.) **A Matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Jacqueline. O papel da colonização africana na percepção do corpo da mulher negra: uma leitura de O Alegre Canto da Perdiz. **Revista Satori**. 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o Gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo.

SCHOLL, Camille Johann. **Matriarcado e África: a produção de um discurso por intelectuais africanos**: Cheikh Anta Diop e Ifi Amadiume. 2016. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SCHOLL, Camille Johann. Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero. In: FONSECA, Mariana Bracks; OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. (Orgs.) **África e suas relações de gênero**. Rio de Janeiro: Edições Áfricas, p. 155-184, 2019.

SILVA, Vinicius da; LONDERO, Josirene candido. Do matriarcalismo ao patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres. **Anais do XII Colóquio Nacional de Representações de Gênero**. Campina Grande, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wPP50z>. Acesso em 23 jun. 2022.

SOUZA, Rodrigo. A família africana como base do pan-africanismo. [Online]. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jqo4ZT/>. Acesso em: 30 ago. 2020.